

RIO DE RAIVAS de Haroldo Maranhão Rio. Ed. Francisco Alves/1987

Maria Elisa Guimarães

Na aurora do pensamento ocidental, o fragmento heraclítico toma o rio como alegoria do devir, do perpétuo movimento constitutivo do Ser. A história desse pensamento- a nossa história- caracteriza-se, no entanto, por uma confiscação: ao rio movente e semovente preferiu-se a margem que indica o fixo, o permanente, o mesmo. O rio e seu turbilhão, aquilo que escapa ao Ser, ilusão, engano, erro, simulacro, enfim o sempre-sendo subordinado ao sempre-igual da margem. Arresta-se o pensamento nómada que brilha em Heraclito e nos aforismos de Pascal e Nietzsche.

Daí advém o ativo e tenso fascínio deste livro em que o A. retoma a alegoria do Rio freqüentemente tornada símbolo — um dentre outros—da Amazônia exótica e exuberante do cartão postal, acrescida de uma adjetivação metonímica. Não apenas um Rio. Mas um rio de Raivas. Como a força da enchente que exige perícia e destreza do piloto que o singra; como a fúria da pororoca (fenômeno natural típico), que fustiga e destrói o que se encontra em seu curso. Com efeito o que torna esse Rio devastador é o uso do excessivo. A raiva como *hybris*, desmedida, sobre excesso, desrazão, é a matéria utilizada pelo narrador para reconstruir o que poderá ter sido o quotidiano de uma determinada faixa da população — a chamada sociedade burguesa — de uma cidade que, por acaso, se chama Santa Maria de Belém, mas que *mutatis mutandis* poderia ser a Dublin de Joyce a Viena de Hermann Broch ou a Lisboa de Eça às vésperas da revolução republicana. As mesmas grandezas e pequenezas de situações e personagens universais reconfiguradas ficcionalmente: o acirrado e ambíguo enfrentamento do governador-interventor-ditador com o igualmente poderoso dono do jornal oposicionista. Luta constante de que se alimentam e vivem, ao mesmo tempo em que manipulam, cada um a seu modo, uma sociedade vergonhosamente hipócrita em que do público ao privado estende-se imensa teia de corrupção, progressiva dissolução de valores.

Não se julgue, porém, que o A. assume papel de juiz ou figuração de Némesis. Sem sutilezas psicológicas ou simplismos sociologizantes, recolhe através da memória, num tempo histórico impreciso- cronologia subvertida- designações e fatos que a Cidade às portas do século XXI já quase não registra. A própria designação “Santa Maria de Belém” já não nos pertence mais. A tarefa da narração assume, pois, a mesma forma da matéria recolhida, recontada: o excessivo. Excessivo da linguagem que transgride todos os códigos, do literal ao “moral”, e esgarça até o limite possibilidades semânticas. Excessivo da onomástica: bizarra (Edileuza Mangueira Caridade); grotesca (Cagarraios Palácio) e impiedosa (Palma Cavalão- aqui o conteúdo alegórico de apelação da personagem parece resultar de um fantástico ajuste entre Haroldo Maranhão e Eça de Queiros. Ah! as manigâncias destes escritores...). Excessivo também na *tourne* frasal, em que frases curtas avultam imensas tal o excesso de que são povoadas; quase sempre o obsceno ocupando a cena.

Alegóricas são também as personagens, resultantes de desconstruções e transformações, o que as subtrai da “regionalização” e lhes confere uma universalidade. O exemplo da personagem do magistral romance *Os Maias* acima referido parece advogar a favor desta afirmação. Embora tentador, descabido é procurar a identidade real de cada uma. Isto implicaria uma redução da força própria da ficcional ao domínio do factual. Alegórica, a personagem é um e outro, este e aquele, quase este e muito aquele. Singular, nunca idêntico. Importa é o fato de serem, segundo a ótica do narrador, agentes, espectadores e, sobretudo, testemunhas

de um momento histórico, aquele que flagra a chegada tateante da modernização à Cidade. Não à toa o livro se inicia com uma evocação do passado dentro do passado: “À Santa Maria de Belém chegava-se pelo rio”, isto é, entra-se na “era dos bacuraus” (pássaro noturno, aqui metáfora do avião) e hoje certamente, as “Edileuza Mangueira Caridade”, já não embarcam mais em paquetes para “ganhar a vida” no Rio de Janeiro. É por este viés que o olhar do narrador, ao recolher o excessivo, torna-se um olhar desconfiado, oblíquo, quase céptico em relação à euforia do progresso. Modernização e decadência moral caminham juntas. Não que ele fale em nome de uma moral mais elevada e melhor. O que ele registra com a força demoníaca do excessivo é o quanto a moral é profundamente “imoral”, o quanto ela encontra sua fonte naquilo que ela mesma delimita como desvio e não na placidez confortadora da norma. E lembra ainda que a indiferença política caminha a passo com a indiferença ética.

Mas, no estranho e belo capítulo final, o narrador se despede travestido — se calhar — de “Dona Ebréia”, e o excessivo dá lugar ao melancólico. Olfato e olhar — numa poética desses sentidos — tentam verrumar o coração das coisas, tentam recolher, aprisionar, subtrair do continuum do tempo os objetos, os seres, a paisagem que ficam para trás. “Miriti? Insistia, forçava a memória, miriti? como se fosse muito importante lembrar-se” (p. 278). Tentam salvá-los do esquecimento. Por isso, seu último olhar é para o rio. Impossível voltar atrás, impossível retornar. Perdido para sempre, o passado — como o rio que, opostamente, segue seu curso — é apenas esse amontoado de fragmentos, cacos, ruínas, que a memória deve esforçar-se por recolher, tornando possível a sua transmissão. Melancólica, a escrita do excesso torna-se lírica, amorosa. O Narrador não confina o passado numa íntima e definitiva interpretação; ao contrário, reafirma a abertura de seu sentido, seu caráter inacabado. Com *Rio de Raivas*, Haroldo Maranhão devolve-nos uma imagem possível, fragmentária, desta Belém do Pará que um dia (quando?) se chamou “Santa Maria de Belém” e que, por acaso, até poderia ter-se chamado Dublin de Joyce, Lisboa de Eça, etc...etc...

Publicado anteriormente em:

Revista COLÓQUIO/LETRAS. Nº 106. Nov/dez 1988

Ed. Fundação Calouste Gulbenkian — Lisboa, Portugal